



Mudanças na enfermagem: de onde virão os **recursos**?

PÁG 3



PÁG 6 | ENTREVISTA

O deputado federal Ricardo Barros fala da necessidade da regulamentação da Emenda 29 e da experiência da caravana que fez pelo Paraná.

PÁG 7 | MAIS GESTÃO PARA A ÁREA DA SAÚDE

O superintendente da ISAE/FGV, Norman de Paula Arruda Filho, trata em artigo da necessidade da expertise e da eficiência em gestão.

PÁG 8 | RECURSOS PARA SANTA CASA DE CAMPO MOURÃO

Hospital terá novos pronto socorro e maternidade.

E streamos o novo formato do jornal da Femipa, que passa a se chamar VOZ SAÚDE, como quem escolhe a melhor roupa para uma ocasião especial. Como local desse evento temos um cenário político que precisa ser acompanhado de perto e inovações na gestão dos hospitais que devem ser compartilhadas. Como convidados, hospitais afiliados, gestores, profissionais da saúde, representantes políticos e sociedade. Para debatermos as diferentes ideias propostas por esses atores, nada melhor do que canais de comunicação renovados e fortalecidos, além de uma nova identidade visual que marca esta fase da Federação.

A nova diretoria, que assumiu a Femipa no final de março, inicia seu trabalho com os olhos voltados para o futuro, sem esquecer todo o aprendizado com aqueles que passaram pela direção desta entidade. Projetamos para os próximos três anos um caminho de muita dedicação e esforço com o objetivo de representar com grandeza os hospitais filantrópicos do Paraná.

A participação de cada gestor hospitalar na construção de uma Femipa ainda mais representativa é de grande importância. Com o envolvimento de todos ganhamos força e a certeza de que aparamos para a direção correta.

Boa leitura.



José Fernando Mattos

Diretor Presidente do Instituto Brasileiro da Qualidade e Produtividade (IBQP), idealizador do Programa Gaúcho de Qualidade e Produtividade e do Movimento Brasil Competitivo (MBC), consultor da Confederação Nacional da Indústria (CNI) para assuntos de Inovação

“Sabe-se que inovação e rotina são dois aspectos importantes para o desenvolvimento de qualquer organização, incluindo os hospitais filantrópicos. A rotina está diretamente ligada à qualidade, pois os processos de gestão exigem normalização de práticas, resultando muitas vezes em certificações importantes. Apesar das controvérsias entre os processos rotineiros, exigidos pela gestão da qualidade, e os mecanismos de inovação, há evidências de uma relação de causa e efeito bastante forte entre ambos. Isto é, quanto maior o controle de processos de qualidade, melhor possibilidades para inovar. Portanto, a otimização dos processos relacionados com a qualidade (que implicam rotinas) traz mais oportunidades de tempo e mecanismos criativos que são fundamentais para a inovação. Os hospitais filantrópicos, bem como outras organizações desse tipo, podem auxiliar sobremaneira as pesquisas voltadas à inovação, por meio da observação de suas próprias práticas, avaliando e implementando processos de melhoria vinculados a políticas de inovação, que na verdade são inovadoras por si mesmas.”

Como a inovação pode fazer parte da rotina dos hospitais filantrópicos?



José Álvaro Carneiro

Membro da Associação Hospitalar de Proteção à Infância Dr. Raul Carneiro – mantenedora do Hospital Pequeno Príncipe (Curitiba – PR)

“No Hospital Pequeno Príncipe, nosso grande desafio organizacional é envelhecer mantendo-se jovem. O tripé assistência, ensino e pesquisa – representados pelas unidades Hospital Pequeno Príncipe, Faculdades Pequeno Príncipe e Instituto de Pesquisa Pelé Pequeno Príncipe, respectivamente – é exemplo da busca de inovação por integrar áreas de comum interesse e que se multiplicam entre si para elevar a qualidade dos serviços oferecidos. A pesquisa deve ser percebida como busca de inovação, alavancando o ensino que por sua vez qualifica a assistência. Uma instituição como o Pequeno Príncipe, que tem 90 anos de história, só conseguirá manter a sinergia neste tripé se propor mudanças consistentes e se reinventar sempre, sem esquecer o seu maior combustível: o amor à criança.”

O Jornal VOZ Saúde é uma publicação bimestral da Federação das Santas Casas de Misericórdia e Hospitais Beneficentes do Estado do Paraná – FEMIPA

Presidente | Maçazumi Furtado Niwa

Produção e redação | INTERACT Comunicação Empresarial
www.interactcomunicacao.com.br

Jornalista responsável | Juliane Ferreira - MTb 04881 DRT/PR

Projeto gráfico e diagramação | Brandesign - www.brandesignstudio.com.br

Os artigos assinados não representam necessariamente a opinião da Femipa.

Coordenadoria de Comunicação

Artemizia Martins (Hospital Evangélico de Londrina)

Ety Cristina Forte Carneiro (Hospital Pequeno Príncipe)

Scheila Mainardes (Santa Casa de Misericórdia de Ponta Grossa)

Rua Padre Anchieta, 1691 - sala 505 - Champagnat

Cep 80.730-000 - Curitiba - Paraná

Fone: |41| 3027.5036 - Fax: |41| 3027.5684

www.femipa.org.br | femipa@terra.com.br



Mudanças na enfermagem: de onde virão os recursos?

O Projeto de Lei 2295/2000 que pretende reduzir a carga de trabalho dos profissionais da Enfermagem para 30 horas semanais e o PL 4924/2009, que estabelece o novo piso salarial da categoria têm gerado preocupação entre administradores de hospitais e o próprio governo. Um levantamento feito pelo Ministério da Saúde mostra que com a ampliação da força de trabalho que será necessária e a adoção do novo piso, serão necessários mais 23 bilhões de reais no orçamento da saúde. O valor corresponderia apenas aos gastos da União em unidades de saúde próprias, sem considerar os filantrópicos, por exemplo, que prestam serviço ao Sistema Único de Saúde (SUS). O orçamento total da pasta para este ano é de 66,9 bilhões. O Projeto está na Câmara Federal e ainda não foi para votação porque oito Medidas Provisórias trancam a pauta no plenário.

A Santa Casa de Curitiba já avalia o impacto caso o texto seja aprovado como está. “Com certeza será muito significativo, visto que a enfermagem representa aproximadamente 50% do quadro de colaboradores da instituição”, afirma o diretor geral da Santa Casa de Curitiba, Flaviano Feu Ventorim. O hospital conta com aproximadamente 550 colaboradores entre enfermeiros, técnicos e auxiliares.

Outro alerta feito pelos hospitais é quanto à falta de mão de obra. “Há dificuldade na contratação de pessoal de enfermagem e o quadro tende a se agravar. A redução da carga horária trará a necessidade de redimensionamento da equipe, com a necessidade de aumento no quadro de pessoal dos hospitais. Isso tudo sem contar com a alta rotatividade do setor que dificulta ainda mais a situação”, explica o diretor da Santa Casa de Curitiba. “Os hospitais não são contra a Lei 2295 e isso precisa ficar claro. O que se questiona é o fato de não haver recursos para cobrir tais custos. O Ministério da Saúde não tem orçamento, o que afetará todos os envolvidos no atendimento ao SUS. No setor privado, pode acontecer um repasse aos con-

vênios, que por sua vez repassarão aos usuários da Saúde Suplementar. A equação não fecha”, completa o diretor da Santa Casa de Curitiba.

“Em razão do enorme impacto que a medida irá proporcionar, sinceramente, estamos acreditando em um milagre”

No interior a situação não é diferente. Segundo o gerente administrativo do Hospital Bom Jesus, de Ponta Grossa, Moacir Aparecido dos Santos, atualmente existe dificuldade para a contratação de profissionais de enfermagem em relação à quantidade e também quanto à qualidade dessa mão de obra. “Em razão do enorme impacto que a medida irá proporcionar, sinceramente, estamos acreditando em um milagre. Ainda não tomamos medidas administrativas concretas, por acharmos que elas terão que ser radicais, caso esse PL prevaleça, como o fechamento de alas e outras ações que garantam o equilíbrio econômico-financeiro”, afirma Santos.

O Bom Jesus, que atende a região de Ponta Grossa com 137 leitos, projeta um aumento de 455,68% na folha de pagamento dos profissionais de enfermagem com as mudanças. Segundo levantamento, seria necessário passar dos atuais 199 profissionais dessa área para 240.

Novo piso salarial	
Enfermeiro	R\$ 4.650,00
Técnico de enfermagem	R\$ 2.790,00
Auxiliar de enfermagem	R\$ 1.860,00



Montgomery Pastorelo Benites
 presidente do Conselho Regional de Enfermagem
 do Paraná

O Ministério da Saúde diz que o impacto no orçamento da saúde com as mudanças da carga horária e no piso será de mais de 23 bilhões de reais, apenas nos hospitais próprios. Como será enfrentada essa dificuldade de recursos que pode surgir com a aprovação do projeto?

Primeiramente vale entender o porquê de o levantamento do Ministério apresentar esses dados. A redução da carga horária para os profissionais de enfermagem acarreta em uma redução na carga horária de 63% dos profissionais. Levando-se em conta a quantidade de pessoas que seriam beneficiadas e a necessidade de novas contratações, acarretaria um aumento nas despesas com pessoal. Porém, o que o Ministério da Saúde não previu no seu levantamento e que o Dieese veio corrigir através de um relatório, é que os órgãos públicos já atuam com uma carga horária reduzida. Em vários Estados essa carga é de 36 horas, em outros 30. Isso significa que os órgãos públicos já reconheceram a importância da redução e já a aplicaram em sua estrutura de recursos humanos. Sendo assim, o impacto para o Governo seria muito inferior ao que foi apresentado pelo Ministério.

Agora, o impacto realmente será visível para os hospitais privados. Como essas instituições visam o lucro, praticamente todas atuam com 44 horas de jornada de trabalho e terão que adequar-se à nova Lei. Como o projeto impede a redução salarial, os profissionais estarão assegurados no ambiente de trabalho. Por isso, a maior pressão contrária a essa aprovação é por parte dos hospitais privados e não pelas entidades públicas. O que os hospitais terão que fazer é aumentar o quantitativo de profissionais. O que não poderá acontecer é a contratação de profissionais que atuem com prerrogativas que não lhes caibam. Essa ação, mesmo que mais barata, é crime condenado em todas as instâncias, tanto para o profissional que se submeter a essas condições quanto para a instituição.

Foi feito algum estudo que mostre a viabilidade financeira dessas mudanças para hospitais públicos e privados que atendem SUS?

Tomamos como referência os relatórios já apresentados no processo de aprovação do Projeto. A viabilidade financeira é certa, o que está sendo ponderado é quanto será o impacto na lucratividade dos hospitais privados. O sistema de saúde não sobrevive, hoje, sem a atuação dos profissionais de enfermagem. Já que os salários não são justos nem condizem com o conhecimento e as atividades desses profissionais, o mínimo que pode ser feito é a redução da carga horária.

Há a preocupação por parte dos profissionais de enfermagem em gerar uma desassistência à população? Isso pode ocorrer?

Não há preocupação para nós neste sentido. Os profissionais de enfermagem nunca deixaram a sociedade sem assistência. No dia em que a população não encontrar na enfermagem a assistência de que necessita, isso ocorrerá devido aos estabelecimentos de saúde não cumprirem com as legislações em vigor, como o dimensionamento de leitos ou por não contratarem profissionais suficientes.

Como os hospitais filantrópicos pretendem enfrentar a falta de recursos caso os dois PLs sejam aprovados?

Primeiro é preciso esclarecer que os hospitais filantrópicos não são contrários à valorização dos profissionais da enfermagem e melhorias trabalhistas, no entanto, ficou provado pelo levantamento apresentado pelo Ministério da Saúde que não há recursos para arcar com mais essa despesa. A desatualização dos valores pagos pelos serviços prestados ao SUS e a não regulamentação da Emenda Constitucional 29 já acarretam prejuízos diários às instituições filantrópicas. Esses hospitais são privados, mas não visam o lucro e, portanto, se pudessem arcar com uma melhoria salarial e a contratação de mais funcionários, o fariam. Por outro lado, os departamentos de recursos humanos dos hospitais apontam que, na hipótese da diminuição da carga horária, existe um receio de aumentar o número de profissionais da área com duplo vínculo de trabalho. Certamente, tal hipótese, se concretizada, prejudicaria a qualidade dos trabalhos e do bem-estar desses profissionais, o que seria contrário aos objetivos elencados do PL relativo à redução de jornada.

Pode haver desassistência à população?

Isso não está descartado. Uma das preocupações dos hospitais filantrópicos do Paraná é em relação à falta de profissionais qualificados, principalmente, no interior. Caso haja a redução da carga horária e os hospitais recebam recursos extras para contratar novos empregados, fica a dúvida se será possível preencher essas vagas. Temos casos de cidades menores em que já é difícil encontrar pessoas para atender a atual demanda.

Em um cenário mais pessimista, ainda há o risco de inviabilizar economicamente a gestão do hospital.

Como solucionar a falta de recursos?

É preciso que a sociedade questione as autoridades políticas a respeito da ilegalidade de os hospitais terem que prestar serviços abaixo da remuneração ideal. Isso deve ocorrer não apenas se essas mudanças na área de enfermagem acontecerem, mas porque é preciso garantir o equilíbrio de remuneração desses atendimentos. Muitas vezes os gestores das entidades filantrópicas são questionados sobre a correta administração dos recursos. Mas o que hoje esses administradores fazem é uma mágica para sobreviver e atender com dignidade a população. Essas instituições se profissionalizaram, prova disso é a existência de programas de qualidade criados a partir de iniciativas próprias do setor, a promoção de fóruns, congressos e seminários, que contribuem para a qualidade assistencial a um custo reduzido. Além disso, foram buscar alternativas com a implantação de estratégias de marketing para a captação de recursos junto ao setor privado, para suprir o subfinanciamento. Apesar do reconhecimento dos entes públicos pelos serviços de saúde prestados pelos hospitais filantrópicos, com aproximadamente 50% dos leitos disponíveis no Estado do Paraná para os usuários do SUS, é preciso dar um passo adiante e transformar esse reconhecimento em apoio efetivo no financiamento da atenção prestada à população. É necessário que esse cenário tenha pauta política resolutiva, para que os recursos cheguem onde devem chegar. Nada melhor do que um ano eleitoral para que esses assuntos sejam discutidos pela sociedade e pelos candidatos que pretendem representar os brasileiros.

Maçazumi Furtado Niwa
presidente da Federação das Santas de
Misericórdia e Hospitais Beneficentes do
Estado do Paraná



“É preciso efetivamente aprovar a regulamentação da Emenda 29”

Como o senhor pretende atuar no Congresso para que haja uma discussão mais ampla em relação ao Projeto de Lei que prevê a redução da carga horária de trabalho dos enfermeiros?

Pretendo avançar na legislação e no orçamento da união, que é uma especialidade minha, trabalhar no orçamento da união para que a saúde tenha mais recursos e a legislação no sentido de viabilizar que esses recursos efetivamente sejam bem aplicados na saúde.

A regulamentação da Emenda Constitucional 29 é uma reivindicação antiga do segmento da saúde. Qual a sua opinião sobre o assunto?

Nós colocamos lá (na proposta de lei complementar que irá definir o percentual que a União deverá investir em Saúde) 10% da receita líquida corrente e a definição do que são serviços de saúde. Isso vai fazer com que alguns Estados ampliem também seus investimentos para o usuário final, mudando os critérios da prestação de contas dos 12% de aplicação de recursos que é obrigação dos Estados. Se não temos mais recursos, não temos como ampliar o teto que hoje está destinado a essas ações de saúde. É preciso efetivamente aprovar a regulamentação da Emenda 29.



Nas cidades por onde já passou a Caravana (veja ao lado), quais são as principais necessidades dos paranaenses em relação à Saúde?

A caravana trouxe muitas contribuições nessa área da saúde. Em especial nós recebemos a solicitação da regionalização dos hospitais, o atendimento mais perto das pessoas. A caravana é uma grande oportunidade de aprender com as pessoas, com as lideranças de cada cidade e com a população, que de fato precisa ter uma qualidade de vida melhor, em especial também na área da saúde.



RICARDO BARROS, deputado federal, vice-líder do governo na Câmara dos Deputados, foi prefeito de Maringá de 1989 a 2003. É o atual presidente Estadual do Partido Progressista e vice-líder do Governo na Câmara dos Deputados.

Durante 90 dias, o deputado federal Ricardo Barros percorreu 25 mil quilômetros e passou pelas 399 cidades do Paraná. O objetivo era traçar um mapa a partir das carências e dificuldades no Estado. Segundo Barros, foi a primeira vez que a comunidade foi escutada in loco e de forma direta.

As dificuldades, os problemas e as necessidades de cada cidade do Paraná compõem um arquivo que o parlamentar está organizando por áreas demográficas para a busca de soluções. Saúde, segurança pública e estradas rurais são os problemas mais comuns a todas as cidades. Mas aparecem também o tráfico de drogas, a falta de asfalto, de estruturas de educação e de lazer, de indústrias, de policiais, de médicos e de hospitais mais próximos às pequenas cidades.



Mais gestão para a área da saúde

Por Norman de Paula Arruda Filho*

A cada dia, a cadeia que compõe este mercado cresce e cria novos serviços e produtos. Neste cenário, mesmo as organizações beneficentes são, e devem ser encaradas como empresas.

O mercado da saúde demanda expertise em gestão, como qualquer outro segmento da economia brasileira. As mesmas implicações que impulsionaram transformações em diversos setores nestas últimas décadas também afetaram o segmento, cuja complexidade, competitividade e dinâmica pode ser comprovada nos mais diversos meios de comunicação. Afinal, quem poderia imaginar que hospitais e clínicas de renome seriam grandes anunciantes dos jornais de maior circulação e dos diversos canais na televisão fechada?

A cada dia, a cadeia que compõe este mercado cresce e cria novos serviços e produtos. Neste cenário, mesmo as organizações beneficentes são, e devem ser encaradas como empresas. E como qualquer outra empresa que atue em um mercado competitivo, elas precisam ter qualidade de entrega, atendimento qualificado, investir em tecnologia de ponta e dar retorno imediato ao cliente.

No mercado de saúde que conhecemos hoje, existe cada vez menos espaço para organizações sem planejamento estratégico, modelos inteligentes de gestão, boas práticas de governança corporativa e processos eficazes. Até mesmo o marketing que há alguns anos ocupava um espaço tímido neste segmento, conforme citado anteriormente, é uma área importante e confere resultados interessantes às organizações.

Na mesma linha, os gestores da saúde são como os gestores que atuam na construção civil, na indústria automotiva, no setor logístico ou qualquer outro segmento. Muitas vezes com formação na área, estes profissionais exercem pouco a louvável profissão de médico, e ocupam seus dias liderando empresas, o que também pode ser visto como uma vocação. Para isso, a busca por capacitação e desenvolvimento na área da gestão é essencial para o alcance de resultados.

Profissionais da saúde precisam ter a visão sistêmica do negócio, saber negociar, gerenciar conflitos, desenvolver equipes, identificar oportunidades, definir parcerias estratégicas e fazer a gestão da marca. Assim, além de gerir de forma responsável e lucrativa estas empresas, as competências relacionadas são condição para dar passos maiores.

Mesmo as organizações beneficentes, como qualquer outra empresa, precisam ter qualidade de entrega, atendimento qualificado, investir em tecnologia de ponta e dar retorno imediato ao cliente.

Um exemplo é a expansão de hospitais e clínicas além das fronteiras de suas cidades e Estados de origem. A estratégia permite que o conhecimento e expertise relacionadas à marca sejam ofertados em novas praças, e é cada vez mais comum na área. Outro fenômeno que movimenta o mercado de saúde nacional, principalmente quando voltamos a atenção para os laboratórios e seguradoras, são as parcerias, fusões e incorporações. Contando com o aporte de capital, na maioria das vezes estrangeiro, estes *players* são vistos com bons olhos por investidores.

É com esta dinâmica e competitividade que os profissionais da saúde precisam lidar todos os dias. Mesmo as organizações beneficentes, que já têm a responsabilidade social inserida em sua estratégia, precisam de uma gestão eficaz. Afinal, o primeiro compromisso de uma empresa é ter lucro, ainda que seja o lucro social. O pilar econômico da sustentabilidade nem sempre é o mais lembrado, mas certamente é o que sustenta os outros dois.

*Norman Arruda Filho é superintendente do ISAE/FGV



Recursos para Santa Casa de Campo Mourão

A população de Campo Mourão, a 450 quilômetros de Curitiba (PR), vai contar com um reforço na saúde. A Santa Casa de Campo Mourão, por meio de um convênio com o Governo do Estado, recebeu mais de R\$ 446 mil reais para a construção da nova maternidade e do pronto socorro. O valor corresponde à primeira das cinco parcelas do convênio de R\$ 5,3 milhões, que cobrirá também a compra de equipamentos, aparelhos e mobiliário.

A construção do pronto socorro já está em processo de licitação e a maternidade, que terá uma área construída de 2.578 m², recebeu em abril autorização para iniciar o processo licitatório. As construções marcarão o início da nova ala da Santa Casa, em uma área de 30 mil m².

Curiosidade A Santa Casa de Campo Mourão ocupa o terceiro lugar na geração de empregos e renda do setor privado na cidade, atrás apenas da Coamo Agroindustrial Cooperativa e da Tyson do Brasil. São 440 profissionais, entre contratados pelo regime trabalhista, terceirizados, prestadores de serviço por convênios, profissionais autônomos e médicos.

Nova identidade visual



A nova gestão da Femipa, que assumiu a diretoria e o conselho fiscal no final de março, coincide com a reformulação da identidade visual da logomarca e dos canais de comunicação da entidade. O objetivo foi criar uma identificação mais contemporânea, sem perder características que fazem parte dos hospitais representados como tradição e confiabilidade. Com isso, a nova logo agora tem uma tipografia mais moderna e as setas em tons de azul representam a convergência dos filiados para um objetivo comum, que

se encontram na cruz, símbolo que remete às santas casas.

As outras mudanças estão no formato do veículo impresso, que ganhou mais espaço para poder ampliar a discussão dos conteúdos que serão abordados e no layout do boletim on-line.

25 a 27/05

15º Congresso Latino-Americano de Serviços de Saúde

Com o tema central “Saúde: Um Desafio Mundial, o evento está dividido em três módulos: Saúde Público-Privada (25/05), Saúde Suplementar (26/05) e Capacitação Profissional (27/05).

Local

Expo Center Norte - São Paulo - SP

Informações

www.classaude.com.br

21 a 23/05

VII Congresso Nacional de Operadoras Filantrópicas de Planos

A temática deste ano será o crescimento e consolidação das operadoras do segmento filantrópico.

Inscrições a preços promocionais até 9 de junho.

Local

Hotel Ibis Expo Barra Funda, em São Paulo - SP.

Informações

www.cmb.org.br

21/05

V Seminário Nacional de Acreditação Internacional

Com o tema “Gestão e Sustentabilidade do Ambiente Assistencial de Saúde - A Segurança do Paciente como Prioridade”, o evento é promovido pela Joint Commission International e pelo Consórcio Brasileiro de Acreditação.

Local

São Paulo - SP.

Informações

www.cbacred.org.br



Mundial Assessoria Plena
Importação e Exportação

(41) 2103-0173

www.mundialparana.com.br
mundial@mundialparana.com.br
 Rua Marechal Deodoro, 211 Centro - Curitiba - PR

ANUNCIE

41 3027 5036